



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAZONAS
Avenida André Araújo, nº 200 - Bairro Aleixo - CEP 69060-000 - Manaus - AM - www.tre-am.jus.br

DESPACHO Nº 0000014224 - TRE-AM/PRES/SETRIB/GABDG

Em 24 de março de 2023.

**À
PRESIDÊNCIA (PRES)**

Excelentíssimo Senhor Desembargador,

Cuida-se de processo que visa a contratação de serviço de *buffet* para subsidiar a realização do evento denominado “**Assédio Moral e Sexual e Crimes contra a Mulheres**”, a ser ministrado aos servidores e colaboradores da Justiça Eleitoral do Amazonas, conforme parametrização havida no Termo de Referência colacionado aos autos.

Através de manifestação contida nos autos, a Assessoria Jurídica desta Diretoria constatou, em resumo, o seguinte:

“(…)

(…)

Por todo exposto, ressalvado o juízo de mérito da Administração e os aspectos técnicos que fogem à análise desta unidade parecerista, considerando o atendimento das exigências legais previstas nos arts. 75, inciso II, e 92, da Lei nº 14.133/2021, conclui-se pela viabilidade legal de contratação direta da pessoa jurídica CONTEMPORÂNEO FESTAS E EVENTOS LTDA, mediante dispensa de licitação, destacando-se que o ato que autoriza a contratação direta deverá ser divulgado e mantido à disposição do público em sítio eletrônico oficial, nos moldes do parágrafo único do art. 72 do Novo Estatuto Licitação.

Outrossim, face à disciplina constante no inciso II, art. 94 da Lei nº 14.133/21, como condição indispensável para a eficácia do contrato, faz-se necessária publicação do instrumento ou substituto no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), no prazo de 10 (dez) dias úteis.

Por derradeiro, conforme os termos do inciso II, art. 172, da Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2023 (Lei nº 14.436/2021), consigna-se que a contratação em tela dispensa a formalidade de declaração da conformidade com a Lei de Responsabilidade Fiscal em função do valor da contratação.”

Da análise dos autos, observa-se que a contratação pretendida foi justificada conforme Termo de Referência colacionado aos autos.

Desta feita, analisado o conteúdo constante do Termo de Referência em tela pela ASJUR, **APROVO referido Instrumento - Termo de Referência constante do feito**, vez que presentes os requisitos formais e materiais, nos termos das normas que regem a matéria.

Em seguida, e, após exame da Assessoria Jurídica desta Diretoria, conclui-se pela possibilidade de contratação direta, **apresentando-se como hipótese de dispensa nos termos do art. 75, inciso II, da Lei Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativo (Lei n. 14.133/2021).**

O caso concreto, portanto, encontra amparo na situação acima, hipótese de dispensa prevista no inciso II do art. 75 da nova norma.

Ato contínuo, registra-se, também, que o presente procedimento observou o disposto no art. 72 e incisos da referida norma, que assim preconizam:

Art. 72. O processo de contratação direta, que compreende os casos de inexigibilidade e de dispensa de licitação, deverá ser instruído com os seguintes documentos:

I documento de formalização de demanda e, se for o caso, estudo técnico preliminar, análise de riscos, termo de referência, projeto básico ou projeto executivo;

II estimativa de despesa, que deverá ser calculada na forma estabelecida no art. 23 desta Lei;

III parecer jurídico e pareceres técnicos, se for o caso, que demonstrem o atendimento dos requisitos exigidos;

IV demonstração da compatibilidade da previsão de

recursos orçamentários com o compromisso a ser assumido;

V comprovação de que o contratado preenche os requisitos de habilitação e qualificação mínima necessária;

VI razão da escolha do contratado;

VII justificativa de preço;

VIII autorização da autoridade competente.

Constam dos autos, portanto, os documentos contendo os elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequados, para caracterizar o objeto requisitado, como bem salientou a ASJUR.

Desta feita, diante da adequação das normas legais atinentes à matéria, a aplicação do instituto da dispensa de licitação atende as exigências legais previstas no art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021.

Constata-se, ainda, o que se segue:

- destaca-se que o ato que autoriza a contratação direta deverá ser divulgado e mantido à disposição do público em sítio eletrônico oficial, nos moldes do parágrafo único do art. 72 do Novo Estatuto Licitatório.

- face à disciplina constante no inciso II, art. 94 da Lei nº 14.133/21, como condição indispensável para a eficácia do contrato, faz-se necessária a publicação do instrumento ou substituto no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), no prazo de 10 (dez) dias úteis. E, por fim:

- conforme os termos do inciso II, art. 172, da Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2023 (Lei nº 14.436/2021), consigna-se que a contratação em tela dispensa a formalidade de declaração da conformidade com a Lei de Responsabilidade Fiscal em função do valor da contratação.

Ao final, constam dos autos, também, os seguintes documentos: solicitação firmada pela Exma. Dra. Lídia de Abreu Carvalho, oficializando a formalização da demanda, no item 6 do doc. 0000003989; Termo de Referência (doc. 0000013744); Mapa de preços (doc. 0000014027); Certidões de regularidade fiscal, previdenciária e trabalhista da pessoa jurídica CONTEMPORÂNEO FESTAS E EVENTOS

LTDA (doc. 0000014133; Informação de viabilidade orçamentária nos limites da dispensa de licitação no subelemento 339039-41 (doc. 0000014189); Emissão Nota de Dotação 2023ND000298 (doc. 0000014188).

Assim é que, com base em todos os argumentos fáticos e jurídicos constantes do supramencionado parecer da ASJUR e suas recomendações, e, ainda, verificando dos autos a comprovação de regularidade fiscal, previdenciária e trabalhista da empresa a ser contratada, além da informação de disponibilidade e compatibilidade orçamentária, e, por fim, adequação do valor de aquisição aos limites legais disciplinados nos incisos I e II, §1º, art. 75, da Lei nº 14.133/2021, **AUTORIZO** a contratação direta, mediante dispensa de licitação (nos termos do art. 75, inciso II, da Lei n. 14.133/2021), da pessoa jurídica **Contemporâneo Buffet (CNPJ: 09.199.109/0001-74), no valor de R\$ 8.550,00 (oito mil, quinhentos e cinquenta reais), referente ao valor ofertado pela empresa, Contemporâneo Buffet (CNPJ: 09.199.109/0001-74),** para subsidiar a realização do evento denominado **“Assédio Moral e Sexual e Crimes contra a Mulheres”**, a ser ministrado aos servidores e colaboradores da Justiça Eleitoral do Amazonas, conforme parametrização havida no Termo de Referência colacionado aos autos

Dessa forma, dirijo-me a Vossa Excelência para requerer a **RATIFICAÇÃO do referido ato**, ressaltando a necessidade de publicação do instrumento ou substituto no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), no prazo de 10 (dez) dias úteis (**face à disciplina constante no inciso II, artigo 94 da Lei n. 14.133/2021**), sendo desnecessário a formalidade de declaração da conformidade com a Lei de Responsabilidade Fiscal, em função do valor da contratação.

Destaca-se, por fim, que o ato que autoriza a contratação direta deverá ser divulgado e mantido à disposição do público em sítio eletrônico oficial, nos moldes do parágrafo único do art. 72 do Novo Estatuto Licitatório, como bem salientou a ASJUR.

Respeitosamente,

MELISSA LAVAREDA RAMOS NOGUEIRA
DIRETORA-GERAL



Documento assinado eletronicamente por **MELISSA LAVAREDA RAMOS NOGUEIRA**,
Analista Judiciário, em 24/03/2023, às 17:45, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.tre-am.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0000014224** e o código CRC **2B8FB40E**.

0000762-93.2023.6.04.0000

0000014224v5